

Oportunidade perdida?

MARCELO DE PAIVA ABREU

Até mesmo críticos mais desatinados das políticas do governo Lula têm relutado em ver a Organização Mundial de Comércio como instituição que sistematicamente frustraria as ambições dos países desenvolvidos. É um contraste saudável com o período final do governo FHC, quando intelectuais amantes da ribalta chegaram a propor que o Brasil abandonasse a organização e participasse da criação de alternativa que melhor servisse os interesses nacionais. Uma mistura ridícula de oportunismo quase incompreensível com cegueira quanto ao possível papel do Brasil no sistema multilateral de comércio.

Não é preciso ter visão deslumbrada da OMC para reconhecer que, sem ela, a situação das economias em desenvolvimento seria ainda pior. Aos fracos, interessa o fortalecimento de instituições multilaterais que possam atenuar o exercício do poder de barganha dos países desenvolvidos. A menos que se queira sugerir que a instituição perdeu a credibilidade. Mas, como demonstraram decisões recentes favoráveis ao Brasil sobre os regimes de subsídios relativos ao açúcar e ao algodão, na União Européia e nos EUA, o sistema multilateral de comércio tem sido fortalecido pelas decisões da OMC.

Diz bem da diplomacia econômica brasileira que a participação no GATT e na OMC tenha sido quase sempre de relevo, em defesa da obediência às regras multilaterais e do que se percebia como interesses nacionais. Tradição muito bem servida, por exemplo, pela destacada atuação do embaixador Álvares Maciel na negociação, em meio à rodada Tóquio, do acordo quadro que balizou a questão do tratamento especial e diferenciado. E menos bem servida, pelo menos a posteriori, pelo principismo que calçou a obstrução indo-brasileira à rodada Uruguai entre 1982 e 1987. As escoriações de meados da década de 1980 foram cicatrizadas pela postura muito menos obstrucionista do Brasil, com uma sucessão de embaixadores muito influentes em Genebra que incluiu Ricupero, Lafer, Amorim e, agora, Seixas Corrêa. A escolha de Seixas Corrêa como diretor-geral da OMC seria o coroamento natural dessa longa história de participação do País nos organismos comerciais multilaterais desde a criação do GATT em 1947. Mas há obstáculos quase insuperáveis que vão sendo confirmados por desenvolvimentos recentes no processo de escolha.

A disputa, agora oficializada, é com Pérez del Castillo, do Uruguai, Jaya Cuttaree, das Ilhas Maurício, e Pascal Lamy, da União Européia. Um candidato único latino-americano teria boas condições de ser eleito. Dois candidatos tenderão a anular-se. A candidatura Pérez causa náuseas em Brasília, pois sua atuação na malograda cúpula ministerial em Cancún foi considerada hostil ao grupo dos 20 e excessivamente acomodadora dos

interesses dos países desenvolvidos. Teria provavelmente sido possível ao Itamaraty inviabilizá-la quando o candidato buscava apoio nas capitais latino-americanas. Mas deixou-a correr solta e hoje amarga o apoio, na América Latina, apenas de Cuba e Venezuela. Esta inação criou condições ideais para o lançamento da candidatura Lamy após a percepção, em Bruxelas, de que a América Latina estava dividida e que o Brasil não tinha o apoio nem da Argentina..

Chegada a hora da explicitação dos apoios, o Brasil pode apresentar o de alguns de seus grandes aliados do G-20, China e Índia, mas, algo surpreendentemente, não o da África do Sul, que teria dificuldades em um quadro em que toda a África apoia Cuttaree. A Austrália explicitou seu apoio a Pérez, que tem vínculos profundos com o país onde estudou e trabalhou no passado. Estaria também mostrando a sua resistência ao G-20, que já havia ficado clara em Cancún. O G-20 teve a sua utilidade para empantandar Cancún depois que União Européia e EUA ensaiaram seu exercício de truculência, mas está longe de ser uma opção sem custo.

A “solução” que tem sido aventada na imprensa brasileira para resgatar o Brasil da situação delicada em que se colocou parece meio delirante. O governo brasileiro trataria de usar a inegável influência que tem sobre Tabaré Vázquez para convence-lo a retirar a candidatura Pérez del Castillo. É um fato que Pérez não tinha e não tem respaldo político particularmente relevante no Uruguai, com a possível exceção dos enfraquecidos *colorados*. E é mais do que provável que Vázquez tenha muito pouco entusiasmo por sua postulação. Mas seria muito desgastante para o Uruguai explicar aos países que apoiam a candidatura Pérez em Genebra as razões para a sua retirada. Mais grave ainda: não há qualquer dúvida de que tal decisão provocaria intenso desgaste político para o novo presidente frente ao público interno. Pérez não é *blanco*, *colorado* ou *del Frente*, é uruguaio.

O cenário mais provável ainda é o já ventilado nesse espaço em artigo de 20 de dezembro, “A OMC do homem branco”. Cuttaree é fraco entre os pesos pesados. Seixas anula Pérez. Lamy vence. Um Lamy liberal, subitamente transformado em paladino da liberalização multilateral. Com menor chance, cria-se um impasse ao estilo do embate Moore-Suppachai na eleição anterior da OMC. Que, esperemos, possa ser resolvido de forma mais séria do que pela mera divisão de mandatos. Em qualquer caso, ficarão dúvidas sobre quais teriam sido, nesta história toda, os reais desígnios da diplomacia brasileira.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.